

Economista contesta tese da renegociação política

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Em depoimento prestado ontem perante a CPI da Câmara que investiga as causas do elevado endividamento externo, a economista Maria Conceição Tavares manifestou-se contrária à tese da discussão política da renegociação da dívida, governo a governo, ressaltando: "Estamos na iminência de mudanças políticas profundas e não se pode resolver o problema da dívida batendo no peito e cantando o Hino Nacional".

Conceição Tavares manifestou-se favorável à proposta do ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, de um desengajamento temporário e parcial do Brasil do mercado financeiro internacional, para negociar a dívida com a contabilização dos juros por um prazo de cinco anos, e pagamento do principal escalonado em até 30 anos, afirmando que essa é uma forma de o próprio País conduzir o processo, na condição de um devedor soberano.

A depoente assinalou que, na América do Sul, poucos são os países que, historicamente, estão em condição de fazer prevalecer sua posição de devedor soberano, e o Brasil é um deles. Lembrou que o México tem sua economia intimamente vinculada à norte-americana, enquanto os países socialistas dependem fundamentalmente da economia soviética.

A economista criticou a forma como foi construída a dívida externa brasileira, afirmando que de 1968 a 1973, no primeiro período de Delfim Netto, as empresas multinacionais tomavam empréstimo no Exterior porque a Lei do Capital Estrangeiro favorecia, como ainda favorece, a remessa de juros, em detrimento da remessa de lucros. "Como o dinheiro era farto e barato, nada mais compreensível que endividar-se."

Sob a administração de Simonsen, no quinquênio seguinte, a dívida externa construiu-se na expectativa de que era necessário acumular reservas. Foi o período onde se fizeram investimentos externos completamente desnecessários, utilizando-se dólares para gastar em obras que poderiam ser financiadas em cruzeiros. Também se promoveram investimentos com recursos tomados no Exterior a juros flutuantes e elevados e a prazos curtos, em obras de longos períodos de maturação e, portanto, de retorno demorado, como Itaipu, o que ela considerou "um equívoco fatal".

Classificou de "um descalabro" a administração da dívida no segundo período da administração de Delfim Netto, de 1979 até agora, responsabilizando o ministro do Planejamento pelo que considerou "uma situação vexatória" vivida pelo País no final do ano passado, junto ao mercado financeiro internacional.